

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. **Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhado do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. São Paulo, 26 de março de 2018.

A Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Ativo	Notas	2017		2016		Passivo	Notas	2017		2016	
<b>Circulante</b>		<b>103.106</b>	<b>100.257</b>	<b>100.257</b>	<b>97.174</b>	<b>Circulante</b>		<b>68.174</b>	<b>68.174</b>	<b>75.774</b>	<b>75.774</b>
Disponibilidades	4	1.111	960	960	1.111	Depósitos	9	7.634	4.024	4.024	4.024
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	11.007	7.004	7.004	11.007	Depósitos a prazo	9	56.318	67.944	67.944	67.944
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		11.007	7.004	7.004	11.007	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	56.318	67.944	67.944	67.944
Aplicações em títulos e valores mobiliários	5	5.756	10.682	10.682	5.756	Recursos de aceites cambiais	10	5.638	3.806	3.806	3.806
Carteira própria		5.756	10.682	10.682	5.756	Outras obrigações		118	72	72	72
Operações de crédito	6	78.155	74.366	74.366	78.155	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		698	444	444	444
Operações de crédito		(9.870)	(9.785)	(9.785)	(9.870)	Sociais e estatutárias		3.406	3.270	3.270	3.270
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(9.870)	(9.785)	(9.785)	(9.870)	Fiscais e previdenciárias					
Outros créditos	7	4.641	4.775	4.775	4.641	Diversas					
Outros valores e bens	8	2.436	2.480	2.480	2.436	<b>Não Circulante</b>		<b>61.739</b>	<b>57.219</b>	<b>57.219</b>	<b>57.219</b>
Bens não de uso próprio		1.281	309	309	1.281	Exigível a longo prazo		61.739	57.219	57.219	57.219
Despesas antecipadas		1.155	2.171	2.171	1.155	Depósitos	9	12.872	5.041	5.041	5.041
<b>Circulante</b>		<b>63.964</b>	<b>66.721</b>	<b>66.721</b>	<b>63.964</b>	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	48.867	52.178	52.178	52.178
Realizável a longo prazo	4	–	2.452	2.452	–	Recursos de aceites cambiais	11	38.443	34.975	34.975	34.975
Aplicações em títulos e valores mobiliários		–	2.452	2.452	–	Capital		27.500	27.500	27.500	27.500
Carteira própria		–	2.452	2.452	–	De domiciliados no País		10.943	7.475	7.475	7.475
Operações de crédito	6	53.286	53.309	53.309	53.286	Reservas de Lucros		–	–	–	–
Operações de crédito		(3.446)	(3.244)	(3.244)	(3.446)						
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(3.446)	(3.244)	(3.244)	(3.446)						
Outros créditos	7	10.398	9.937	9.937	10.398						
Outros valores e bens	8	280	1.023	1.023	280						
Despesas antecipadas		–	–	–	–						
Permanente		1.286	980	980	1.286						
Imobilizado de uso		511	450	450	511						
Outras imobilizações de uso		1.333	1.153	1.153	1.333						
(Depreciações acumuladas)		(822)	(703)	(703)	(822)						
Intangível		775	530	530	775						
Ativos intangíveis		1.152	786	786	1.152						
(-) Amortização acumulada		(377)	(256)	(256)	(377)						
<b>Total do ativo</b>		<b>168.356</b>	<b>167.968</b>	<b>167.968</b>	<b>168.356</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>168.356</b>	<b>167.968</b>	<b>167.968</b>	<b>167.968</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Saldo em 01 de Janeiro de 2016 (Reapresentado)	Capital social		Reserva		Lucros acumulados	Total
	27.500	1.183	Legal	Especial de Lucro		
Lucro líquido do exercício	–	–	–	6.991	–	3.204
Destinações	–	–	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	–	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	–	201	–	–	–
Transferência para reserva especial de lucro	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	27.500	1.384	6.091	–	–	34.975
Saldo em 01 de Janeiro de 2017 (Reapresentado)	27.500	1.384	6.091	–	–	34.975
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	6.169	6.169
Destinações	–	–	–	–	–	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	–	–	–	–	–
Transferência para reserva especial de lucro	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.500	1.692	9.251	–	3.160	38.443
Saldo em 01 de Julho de 2017	27.500	1.384	4.717	–	–	35.773
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	3.997	3.997
Destinações	–	–	–	–	–	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	–	–	–	–	–
Transferência para reserva especial de lucro	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.500	1.692	9.251	–	4.534	38.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a administração de carteira de valores mobiliários.

#### 2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução do valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados na categoria como "Títulos disponíveis para venda", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Instituição em 26 de março de 2018. **Reapresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, divulgadas para fins comparativos, estão sendo reapresentadas em virtude do reconhecimento das despesas antecipadas descritas na nota 8.b, que anteriormente foram registradas ao longo do prazo dos contratos correspondentes. Os efeitos desse ajuste estão demonstrados a seguir:

a) Balanço Patrimonial:	Saldo Anteriormente divulgado		Ajustes		Saldo reapresentado	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>100.661</b>	<b>(394)</b>	<b>100.267</b>			
Outros créditos	2.369	2.406	4.775			
Outros valores e bens	5.280	(2.800)	2.480			
Demais contas	93.012	–	93.012			
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>70.248</b>	<b>(2.547)</b>	<b>67.701</b>			
Outros valores e bens	3.570	(2.547)	1.023			
Demais contas	66.678	–	66.678			
<b>Ativo Total</b>	<b>170.909</b>	<b>(2.941)</b>	<b>167.968</b>			
<b>Passivo Circulante</b>	<b>75.774</b>		<b>75.774</b>			
Passivo Não Circulante	57.219	–	57.219			
Patrimônio Líquido	37.916	(2.941)	34.975			
Capital	27.500	–	27.500			
Reservas de Lucros	10.416	(2.941)	7.475			
<b>Passivo Total e Patrimônio Líquido</b>	<b>170.909</b>	<b>(2.941)</b>	<b>167.968</b>			
<b>d) Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>Saldo Anteriormente divulgado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>reapresentado</b>			
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>19.584</b>	<b>–</b>	<b>19.584</b>			
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(14.966)	(1.481)	(16.447)			
Outras despesas administrativas	(18.432)	(1.481)	(19.913)			
Demais contas	3.466	–	3.466			
<b>Resultado Operacional</b>	<b>4.618</b>	<b>(1.481)</b>	<b>3.137</b>			
Resultado Não Operacional	–	–	–			
<b>Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro</b>	<b>5.156</b>	<b>(1.481)</b>	<b>3.675</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.137)	666	(471)			
Provisão para imposto de renda	(1.417)	370	(1.047)			
Provisão para contribuição social	(1.200)	296	(904)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.480	–	1.480			
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>4.019</b>	<b>(815)</b>	<b>3.204</b>			

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

**a) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo método de aplicação, exceto para as operações de crédito de liquidação duvidosa. **c) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme orientação da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **i) Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; **ii) Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de "ajuste de avaliação patrimonial"; **iii) Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção de manter a carteira até o vencimento ou a realização de operações de liquidação duvidosa. **iv) Títulos mantidos até o vencimento:** são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "AA" são avaliadas nessa faixa por seis meses, quando então são baseadas contra a provisão existente e, por cinco anos, em "contas de compensação", não exigindo mais o balanço patrimonial. **e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** considerada pela Administração como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. **f) Bens não de uso próprio:** Representados substancialmente por bens recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. **g) Despesas antecipadas:** As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2014 são apropriadas pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessação sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, os encargos decorrentes da despesa antecipada relacionada a essas operações são reconhecidos integralmente no resultado. A partir de 01 de janeiro de 2015, conforme Circular 3.683/2013 do BACEN, as comissões pagas pelo originador das operações de créditos, sendo reconhecidas ao resultado na fração de 1/3 em 2015 e 2/3 em 2016, no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no §1º da circular serão amortizados, de forma linear, no prazo de até 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação. **h) Imobilizado de uso:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais: móvel e utensílios 20% e instalações 10% ao ano, equipamentos de informática 20% ao ano e outros bens 10%. **i) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos ao resultado na fração de 1/3 em 2015 e 2/3 em 2016, no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação. **j) Depósitos e recursos de aceites cambiais:** As captações pré-fixadas estão classificadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorrentes até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas, são atualizadas "pro-rata" dia até as datas dos balanços. **k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. A contribuição social sobre o lucro apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em vigor até 30 de agosto de 2015 foi calculada à alíquota de 15%. A medida provisória 675/15, convertida na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20%, a partir de setembro de 2015 e outros foram aprovados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.591. **l) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos e débitos relativos ao imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos ao resultado na fração de 1/3 em 2015 e 2/3 em 2016, no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no §1º da circular serão amortizados, de forma linear, no prazo de até 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação. **m) Imobilizado de uso:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais: móvel e utensílios 20% e instalações 10% ao ano, equipamentos de informática 20% ao ano e outros bens 10%. **n) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos ao resultado na fração de 1/3 em 2015 e 2/3 em 2016, no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação. **o) Depósitos e recursos de aceites cambiais:** As captações pré-fixadas estão classificadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorrentes até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas, são atualizadas "pro-rata" dia até as datas dos balanços. **p) Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

puer ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São aceites, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. **o) Ajuste do resultado:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. **p) Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

#### 4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Exercícios	
	2017	2016
<b>No início do semestre/exercícios</b>	<b>7.964</b>	<b>862</b>
Disponibilidades	960	862
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	7.004	–
<b>No final do semestre/exercícios</b>	<b>12.118</b>	<b>7.964</b>
Disponibilidades	1.111	860
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	11.007	7.004
	<b>4.154</b>	<b>7.102</b>

**Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa**

(i) Aplicações com prazos de vencimentos variáveis, remuneradas às taxas praticadas no mercado e são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

**a) As aplicações em títulos e valores mobiliários, disponível para venda estão compostas como segue:**

	2017		2016	
	Até 3 meses	Valor contábil	Valor custo atualizado	Valor custo atualizado
Letra financeira do tesouro - LFT	–	–	–	2.452
Cotas de fundos de investimento	5.756	5.756	5.756	10.682
<b>Total</b>				

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Expectativa de realização					Total
	2018	2019	2020	2021	2022	2017
%	18,26%	19,59%	20,03%	20,06%	22,06%	100,00%
IRPJ	1.290	1.384	1.416	1.418	1.559	7.067
CSLL	1.033	1.108	1.132	1.134	1.247	5.654
<b>Valor em 31/12/2017</b>	<b>2.323</b>	<b>2.492</b>	<b>2.548</b>	<b>2.552</b>	<b>2.806</b>	<b>12.721</b>

Em 31 de dezembro de 2017 os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 10.376, considerando-se a taxa Selic de 7,00% ao ano.

### c. Movimentação dos créditos tributários

	Saldos em 31/12/2016		Constituição (Realização)		Saldo em 31/12/2017	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.219	6.151	(5.724)	11.646		
Provisões para contingências	830	124	(116)	838		
Demais provisões temporárias	107	178	(48)	237		
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>12.156</b>	<b>6.453</b>	<b>(5.888)</b>	<b>12.721</b>		
	Saldos em 31/12/2015		Constituição (Realização)		Saldo em 30/06/2016	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.706	1.513	-	11.219		
Provisões para contingências	867	294	(331)	830		
Demais provisões temporárias	103	202	(198)	107		
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>10.676</b>	<b>2.009</b>	<b>(529)</b>	<b>12.156</b>		

### 13. RECEITA DE SERVIÇOS

	2º semestre 2017		Exercícios 2017		2016	
Tarifa de cadastro - Desconto	112	240	307			
Tarifa de cadastro - Veículos	5.981	9.998	9.520			
Outros receitas de serviços	444	452	252			
<b>Total</b>	<b>6.537</b>	<b>10.690</b>	<b>10.079</b>			

### 14. DESPESA DE PESSOAL

	2º semestre 2017		Exercícios 2017		2016	
Remuneração	(449)	(914)	(746)			
Encargos	(121)	(264)	(221)			
Benefícios	(379)	(559)	(303)			
Treinamento	(29)	(57)	(58)			
Outras provisões	(14)	(24)	(99)			
<b>Total</b>	<b>(992)</b>	<b>(1.818)</b>	<b>(1.427)</b>			

### 15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre 2017		Exercícios 2017		2016	
Despesas com serviços de terceiros (a)	(4.243)	(7.794)	(5.996)			
Comissões e prêmios (b)	(4.433)	(7.722)	(7.719)			
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	(1.236)	(2.397)	(2.781)			
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	(417)	(874)	(904)			
Despesas de processamentos de dados	(509)	(998)	(712)			
Despesas de alugueis	(68)	(133)	(132)			
Despesas de comunicação	(129)	(256)	(267)			
Despesas de propaganda e publicidade	(20)	(22)	(75)			
Despesas com depreciação e amortização	(137)	(240)	(195)			
Despesas de transporte	(54)	(131)	(100)			
Acordos e ações judiciais	(209)	(351)	(536)			
Provisão passivos contingentes	(216)	(645)	(438)			
Outras	(502)	(904)	(58)			
<b>Total</b>	<b>(12.173)</b>	<b>(22.467)</b>	<b>(19.913)</b>			

(a) Referem-se principalmente a despesas com partes relacionadas de R\$ 5.750 em 2017 (R\$ 4.358 em 2016), respectivamente (vide nota 17 - Transações com partes relacionadas); (b) Referem-se principalmente a despesas com comissões pagas a Correspondentes no país; (c) Referem-se principalmente a despesas com serviços de gravames; (d) Referem-se principalmente a despesas bancárias.

### 16. DESPESA TRIBUTÁRIAS

	2º semestre 2017		Exercícios 2017		2016	
Despesa com PIS	(177)	(322)	(280)			
Despesa com COFINS	(1.088)	(1.979)	(1.722)			
Despesa com ISS	(334)	(545)	(504)			
Outras	(4)	(9)	(17)			
<b>Total</b>	<b>(1.603)</b>	<b>(2.855)</b>	<b>(2.523)</b>			

### 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Santana estão demonstrados a seguir:

#### a. Saldos com sociedades ligadas

	2017		2016	
	Shopcred Promotora de Vendas Ltda.	Santana Factoring Fomento Comercial Ltda.	CJJ Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plural Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda.
<b>Passivo</b>	-	829	787	37
<b>Recursos de aceites cambiais</b>	-	829	787	-
Obrigações por títulos cambiais	-	829	787	-
<b>Outras obrigações</b>	-	-	-	37
Diversos	-	-	-	37
<b>Despesas</b>	<b>(3.246)</b>	<b>(121)</b>	<b>(25)</b>	<b>(2.504)</b>
<b>Despesas com captação</b>	-	<b>(121)</b>	-	-
Despesas de aceites cambiais	-	(121)	(25)	-
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(3.246)</b>	-	<b>(95)</b>	<b>(2.504)</b>
Despesa de aluguel	-	-	(95)	-
Despesas com prestação de serviços	(3.246)	-	-	(2.504)

	2016		2015	
	Shopcred Promotora de Vendas Ltda.	Santana Factoring Fomento Comercial Ltda.	CJJ Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Plural Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda.
<b>Passivo</b>	-	764	-	37
<b>Recursos de aceites cambiais</b>	-	764	-	-
Obrigações por títulos cambiais	-	764	-	-
<b>Outras obrigações</b>	-	-	-	37
Diversos	-	-	-	37
<b>Despesas</b>	<b>(4.178)</b>	<b>(164)</b>	<b>(27)</b>	<b>(180)</b>
<b>Despesas com captação</b>	-	<b>(164)</b>	-	-
Despesas de aceites cambiais	-	(164)	-	-
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(4.178)</b>	-	<b>(27)</b>	<b>(180)</b>
Despesa de aluguel	-	-	(27)	-
Despesas com prestação de serviços	(4.178)	-	-	(180)

**b. Saldos com partes relacionadas:** Os saldos com partes relacionadas, relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de recursos de aceites cambiais totalizam R\$ 24.159 (R\$ 24.803 em 2016), e são remunerados a uma taxa que varia entre 118% a 125% do CDI e 16,50% pré-fixada, de acordo com o prazo da aplicação. **c. Remuneração dos empregados e administradores:** Em atendimento a Resolução CMN 3.750/09 e o Pronunciamento Técnico - CPC 05 Divulgação de Partes Relacionadas, A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento definiu como pessoal-chave os membros da Diretoria. O montante global anual da remuneração da diretoria é distribuído conforme determina o Estatuto Social e definido em Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante total pago aos Diretores foi de R\$ 263 (R\$ 263 em 2016). A Instituição não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e a Administração.

## A DIRETORIA

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** São Paulo - SP  
**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Representação das demonstrações contábeis

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representadas pela **Instituição** como previsto no CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) em decorrência da baixa das despesas antecipadas.

## Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 05.503.849/0001-00

(Em milhares de Reais)

### 18. INDICADORES DE RISCO

#### (Basileia) e limites operacionais:

#### Basileia III - Indicadores de Risco

#### Patrimônio de Referência

#### Patrimônio de Referência - Nível I

Capital Principal - CP

#### Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA - (Nível I) - (a)

RWAopad - Risco de crédito

RWAopad - Risco de mercado

RWAopad - Risco Operacional

#### Ativos Ponderados por Risco (RWA)

#### PR Mínimo requerido para o RWA (b)

#### Margem Sobre o Patrimônio de Referência (a-b)

Adicional de Conservação de Capital Principal

#### Adicional de Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - (c)

#### Margem para Verificação do Adicional de Capital Principal - (d)

#### Margem Sobre o Adicional de Capital Principal (d-c)

#### Índice Basileia

A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nºs 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

#### 19. Outras informações: a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito:

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, os quais estão definidos a seguir: **• Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados; **• Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados; **• Risco de liquidez:** relacionado ao descaçamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição, em obter recursos para honrar seus compromissos. **Gerenciamento do Risco operacional:** Risco operacional é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A estrutura de gerenciamento do Risco operacional implantada permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais. Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem a formalização dos eventos incorridos em ambiente sistêmico isolado (e-gov), auto-avaliação e reavaliação de controles e os indicadores dos processos relevantes, que asseguram a comunicação efetiva dos eventos de controle e suas ações corretivas à alta administração. **Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital:** De acordo com a Resolução nº 3.988/2011 do Conselho Monetário Nacional, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição; Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita; Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de Gerenciamento de Capital deverá auxiliar a Administração com informações consistentes que forneçam uma visão detalhada dos perfis de risco da Instituição e do Capital requerido para fazer frente a cada tipo de risco, apresentar alternativas para mitigar desvios, manter a Administração atualizada sobre a regulamentação vigente. A responsabilidade da Administração abrange ainda necessidade de revisão anual e aprovação das premissas da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela Administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem "hedge" de suas posições ativas e passivas. As informações estão disponíveis no site: [www.santanafinaceira.com.br](http://www.santanafinaceira.com.br). Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos. **b. Valores em garantia:** As garantias prestadas por clientes somam R\$ 292.903 (R\$ 270.057 em 2016). **c. Remuneração de Correspondentes no país:** A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento a partir de 02/01/2015 passou a aplicar os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no país estabelecidos pela Circular nº 3.693, de 20/11/2013 e Circular nº 3.738, de 11/12/2014, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil. **d. Perdas no Recebimento de Créditos:** A Lei nº 13.097/2015, publicada em 20/01/2015, resultante da conversão, MP nº 656/2014, promoveu diversas alterações na legislação tributária federal, das quais se destacam a alteração do Artigo 9º da Lei nº 9.430/96, que altera as regras de dedução fiscal das perdas nos recebimentos de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014. Permanecem inalteradas as regras para os créditos vencidos anteriormente a esta data. **e. Outros serviços prestados pelos auditores independentes:** Informamos que a Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados a Financeira, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

Gilberto Veiga de Novais - Contador CRC 1SP206578/0-7

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira; **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional; **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 SP 013846/0-1

**Paulo Sergio Barbosa**  
Contador CRC 1 SP 120359/0-8